

**ABASTECIMENTO DE CENTROS URBANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
— MERCADOS MUNICIPAIS**

Domingos Desgualdo Netto
Alfredo Tsunechiro
Laura Olitta de Souza Barros
Antonio Ambrósio Amaro

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0101-5109
Relatório de Pesquisa
03/87

**ABASTECIMENTO DE CENTROS URBANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – MERCADOS
MUNICIPAIS**

Domingos Desgualdo Netto
Alfredo Tsunehiro
Laura Olitta de Souza Barros
Antonio Ambrósio Amaro

São Paulo
1987

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - REVISÃO DE LITERATURA	3
3 - METODOLOGIA	5
4 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	5
4.1 - Estrutura Administrativa	5
4.2 - Estrutura Física	14
4.3 - Outros Aspectos Relacionados com a Estrutura Local de Abastecimento	20
5 - CONCLUSÕES	30
LITERATURA CITADA	31
RESUMO	32
SUMMARY	32

ABASTECIMENTO DE CENTROS URBANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - MERCADOS
MUNICIPAIS (1)

Domingos Desgualdo Netto
Alfredo Tsunechiro(2)
Laura Olitta de Souza Barros
Antonio Ambrósio Amaro

1 - INTRODUÇÃO

Conceitua-se mercado como "um agregado composto de um ou mais com pradores e um ou mais vendedores que discutem a formação de preços de produ tos e efetuam operações de compra e venda". Nesse contexto, os mercados muni cipais são locais de realização de negócios, à semelhança de outros equipamen tos. Nasceram quase espontaneamente, ao ar livre. Para melhoria das funções que desempenham, os poderes públicos promoveram construções, passando a reu nir em áreas municipais um conjunto de equipamentos fixos com o objetivo prin cipal de comercializar gêneros alimentícios.

Nesses mercados físicos, a área total é dividida em bancas ou boxes cedidas quase sempre sob o regime de permissão de uso (3), geralmente a fir mas individuais ou sociedades limitadas, pelo poder público municipal, o qual, também, estabelece normas disciplinares do seu funcionamento.

Economicamente, os mercados possibilitam criar circuitos de distri buição curtos; permitem vendas e compras rápidas de diferentes produtos; con centram a oferta e procura; evidenciam a conjuntura e as cotações. O estabele cimento de iguais condições entre os diferentes interessados, evitando a cons tituição de monopólios, permite confrontações abertas entre as forças da ofer ta e da demanda, condição necessária à formação de preços em mercado de compe tição quase perfeita.

Além dessa função econômica, pode-se citar outras, de caráter técni co, como a da conservação e armazenagem dos produtos, concentradas num mesmo

(1) Os autores agradecem as participações do Auxiliar Agropecuário Benedito Barbosa de Freitas, do Estagiário Luís Fernando Fernandes Pessoa e das Es criturárias Zilda de Oliveira Rocha e Marisa Zeferino em diferentes etã pas do trabalho.

(2) Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

(3) Permissão de uso: locação a título precário, em que o locatário se sujeita às posturas legais específicas, podendo cessar unilateralmente, sem que envolva pendências ou ônus para qualquer parte.

local e de uso comum, permitindo atender às necessidades de diferentes interessados e usuários em geral.

Pela antiguidade da maioria deles, admite-se terem feito parte do modo de vida de pequenas comunidades. E a hodiernidade deles em centros comerciais ainda incipientes parece confirmar esse fato. À medida que as cidades cresceram esses equipamentos foram perdendo importância, particularmente na naquelas onde as filiais de lojas em cadeia e os supermercados tiveram mais amplio desenvolvimento. Todavia, para produtos perecíveis os mercados não perderam sua influência, continuando a servir de referência de preços para os de mais circuitos de distribuição.

Em verdade, eles constituem não um anacronismo, mas uma quase nos talgia dentro do moderno sistema de abastecimento. Foram, mais do que mercado, uma mera forma de lazer da pequena população, um ponto de encontro para todos os assuntos, inclusive não-comerciais. Como pontos de reunião e de descanso coloriram as cidades e, ao lado dos templos, situaram-se quase sempre no centro do núcleo populacional, incorporando-se à paisagem local.

O progresso alterou os hábitos de compra dos cidadãos e sō na memōria dos moradores mais antigos haja, talvez, a lembrança de como eram āreas agradáveis, como a praça matriz e o coreto. As profundas mudanças tecnolōgicas, econômicas e sociais nos últimos vinte anos contribuíram em muito para alterar as estruturas tradicionais de comercialização de alimentos e produtos de primeira necessidade.

Com certa frequência nota-se nos mercados municipais menor nūmero de pessoas diariamente atendidas em comparação a outros tipos de equipamentos, como supermercados e feiras-livres, resultante da inexistência de cāmaras frigoríficas, ausência de meios mecânicos para carga e descarga e pouco espaço externo para estacionamento de veículos.

De outra parte, alguns organismos estatais investiram enormes somas de dinheiro na construção de mercados, porém sem terem dedicado a essa tarefa a devida preparação e anālise, o que resultou em gastos desnecessários, não sendo pouco comum verem-se esses equipamentos quase desertos.

O presente trabalho sobre estrutura dos mercados urbanos faz parte de um programa de estudos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) relativo ao abastecimento de gêneros alimentícios no Estado de São Paulo.

O estudo visou, precipuamente, a proceder levantamento, em todo o Estado de São Paulo, da existência de estrutura pública de abastecimento, objetivando conhecer sua localização geográfica, número de bancas nos mercados municipais, produtos transacionados, tipos de administração, meios de transporte e outras características das instalações físicas, bem como alguns aspectos do seu desempenho.

Paralelamente, ao lado da importância do mercado municipal, foram

observados e analisados outros aspectos do abastecimento varejista das áreas urbanas das cidades do Interior do Estado de São Paulo.

2 - REVISÃO DE LITERATURA

Os aspectos da comercialização agrícola relativos à distribuição de alimentos a nível do varejo têm sido geralmente estudados no Brasil sob o conceito de abastecimento. Poucos são os estudos aprofundados quanto à estrutura e organização dos mercados, sobre os equipamentos de comércio de alimentos e mais raros ainda os que se referem aos mercados municipais.

O trabalho de STILMAN (9), em 1962, pode ser considerado o pioneiro no estudo do comércio varejista da Cidade de São Paulo, destacando o histórico e o desenvolvimento dos supermercados nos Estados Unidos e na Capital paulista. O autor apresenta, entre as conceituações dos diferentes equipamentos existentes, a de mercado municipal. Dentro da classificação apresentada, os mercados municipais são considerados "edifícios de propriedade do município que abrigam conjuntos comerciais com um número variável de lojas independentes, de dimensões reduzidas, que se dedicam essencialmente à venda varejista de produtos alimentícios".

Em 1965, ANJOS & AMARO (1) apresentaram no IV Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado em Belo Horizonte, MG, projeto de pesquisa com o objetivo de conhecer a infra-estrutura de distribuição de produtos agrícolas no Estado de São Paulo, em particular dos mercados municipais. A proposição foi aprovada, tendo em vista também que, na época, havia necessidade de se estabelecer um cadastro que permitisse definir pontos de importância na comercialização de produtos agrícolas, tendo em conta a instalação de um Serviço de Informação de Mercado (SIM), em vias de estruturação na então Divisão de Economia Rural (atual IEA).

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (6) publicou, em 1967, estudo sobre o abastecimento de gêneros alimentícios na Capital, em que ressalta as exigências da legislação estadual (4) e a definição legal de mercados como estabelecimentos componentes do comércio varejista de gêneros alimentícios no Estado de São Paulo, adaptada de Stilman: "são edifícios, comumente construídos pela municipalidade, onde os alimentos em geral, que usualmente não requerem instalações especiais, são expostos à venda em compartimentos comuns chamados boxes (ou bancas)".

O INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (7) procedeu, em 1972, a amplo es

(4) Artigos 1.029 e 1.049, do Decreto Estadual nº 15.642, de 09/02/1946, que aprovou o Regulamento do Policiamento da Alimentação Pública.

tudo sobre o desenvolvimento do setor agrícola do Estado de São Paulo onde ana lisa, no capítulo referente à comercialização agrícola, o estágio de evolução do mercado varejista de produtos alimentícios, destacando a importância dos mercados municipais, ao lado dos mercados particulares, no abastecimento das cidades do interior, desconhecendo, contudo, o número oficial desses estabelecimentos.

JOST (4) abordou, em 1977, diversos aspectos relacionados com os mercados municipais, feiras-livres e ambulantes da Cidade de São Paulo, real çando sua importância no abastecimento de alimentos.

BARROS et alii (3) apresentaram, em 1978, um estudo sobre o número e a distribuição geográfica dos equipamentos varejistas distribuidores de ali mentos na área metropolitana da Grande São Paulo e uma análise parcial do de sempenho dos equipamentos fixos, medido através de seu faturamento. Mercado municipal foi definido como "um conjunto de equipamentos fixos reunidos em próprios municipais, destinados, principalmente, à comercialização de gêneros alimentícios". Informaram que no Município de São Paulo o funcionamento dos mercados municipais é regulamentado pelo Decreto nº 8.069, de 26/03/69.

BAPTISTELLA FQ; MAZZON; GUAGLIARDI (2) apresentaram estudo pioneiro no Brasil, em 1980, com o objetivo de analisar o retorno de questionários em pesquisa pelo correio. As variáveis utilizadas foram três fontes emissoras da pesquisa, acompanhamento ou "follow-up" (5) e incentivos (material e monetário). Entre outras indicações, os resultados desse estudo mostram que a taxa de retorno varia em função da imagem da fonte emissora e da predisposição do público atingido quanto à mesma, além da tendência de aumento da taxa de re torno com o uso de "follow-up" em relação ao envio somente de questionários.

KIRSTEN (5), em 1980, analisando o padrão de vida e alterações nos hábitos do consumidor paulistano, concluiu que para a Capital havia grande es tabilidade nos percentuais por grupo de dispêndio (alimentação, habitação, transporte, etc.) ao comparar duas épocas diferentes (1972 e 1980). De outra parte, assinala que os hábitos de compra haviam mudado profundamente, particu lar mente nas compras em supermercados (16,2% em 1971 para 40,24% dos gastos em 1980), enquanto as feiras-livres praticamente mantiveram sua participação relativa na preferência das donas-de-casa. Por sua vez, a participação dos mercados municipais da Capital havia se reduzido de 2,5% para 0,12% dos gas tos familiares.

(5) Acompanhamento significa a remessa de nova carta reforçando a importância da resposta e do retorno do questionário.

3 - METODOLOGIA

Face às características e dificuldades (morosidade e alto custo) de um levantamento direto de informações junto às prefeituras dos municípios do Estado de São Paulo, optou-se pela utilização do método de coleta de dados pelo correio. Esse método, até há alguns anos menos viável face às deficiências no sistema postal brasileiro, mostrou-se perfeitamente adequado para as necessidades da presente pesquisa.

Visando obter o maior índice possível de retorno dos questionários, também pelo correio, os mesmos foram capeados por carta e enviados aos Senhores Prefeitos dos 570 municípios do Estado, contendo explicações a respeito do estudo e instruções sobre o preenchimento (6). A remessa dos questionários foi feita em fins de março de 1981. Uma segunda remessa de questionários foi feita um mês e meio após para os municípios que ainda não tinham respondido à primeira carta.

O número de questionários recebidos atingiu o expressivo montante de 452, correspondente a 79% dos municípios do Estado, atestando o grande interesse despertado junto aos informantes. Esse número é tanto mais relevante, quando se considera que, em pesquisas pelo correio, a taxa de retorno de resposta é freqüentemente baixa, como as citadas por BAPTISTELLA F9; MAZZON; GUAGLIARDI (2). Essa porcentagem contribuiu para a fidedignidade dos dados, podendo-se admiti-los como quase censitários.

Em função dos objetivos do trabalho, os municípios foram distribuídos em seis classes de acordo com a população residente, com base em dados do Censo Demográfico de 1980 (8). O limite de 20 mil habitantes para a primeira classe foi estabelecido tendo em conta ser indispensável uma disponibilidade de renda capaz de justificar a existência de tal tipo de equipamento.

Para uma análise geral do sistema de abastecimento dos municípios foram computados todos os questionários recebidos, de cidades com e sem mercado municipal.

4 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 - Estrutura Administrativa

Entre os 452 municípios que responderam ao questionário, em 79 existia mercado municipal, o que corresponde a uma fração de 17,5% e leva à ila

(6) Excluiu-se o município da Capital por apresentar características próprias e ser objeto de futura pesquisa.

ção de que nos 570 municípios do Estado haveria cerca de 109 cidades com mercado municipal (quadro 1).

Constata-se que, à medida que aumenta o tamanho da população do município, é maior a percentagem de cidades que possuem mercado municipal. Deve-se destacar o fato de que 3 dos 12 municípios da classe E e 2 dos 6 da classe F informaram não existir no momento mercados municipais por terem sido desativados.

O tipo de mercado municipal predominante foi o de vendas exclusivamente ao varejo, com 67%. Seguem-se, com 28%, os mercados onde as vendas se processam tanto a nível de atacado como de varejo, sendo praticadas tanto por comerciantes como por produtores. Registrou-se a existência de apenas um mercado ocupado somente por produtores (quadro 2).

Deve-se notar ser bastante complexo definir-se na prática o que seja um mercado em que as vendas ocorrem por atacado ou varejo. O comum é que elas coexistam. Embora no mercado municipal predomine o comércio varejista, algumas empresas vendem, eventualmente, a outros varejistas tais como quitandeiros, ambulantes e bares.

Na verdade não existem posturas legais que definam ou determinem que volumes caracterizam atacado ou varejo; ou para quais compradores as empresas devam vender; tampouco se restringem as operações para compradores situados no mesmo nível de comércio, procurando limitar as transações apenas para certos usuários.

O que é mais freqüente observar-se é as prefeituras procurarem dar preferências a produtores para ocuparem as bancas para venda de produtos agrícolas "in natura", com o objetivo de encurtar o canal de comercialização, visando eliminar agentes intermediários. Porém, nem sempre os agricultores encontram-se capacitados a exercerem também as operações comerciais, ininterruptamente.

Os principais critérios apontados para seleção de comerciantes pretendentes à locação de banca nos mercados municipais são: pedidos feitos no protocolo da Prefeitura Municipal ou venda do ponto por edital de concorrência pública e transferência entre os próprios comerciantes. Em todos os casos existe, de parte da administração municipal, preferência à venda de gêneros alimentícios de maior interesse do consumidor, avaliação da idoneidade moral e capacidade financeira do proponente e seleção por ramo de atividade.

Constatou-se que a quase totalidade dos mercados funciona em período integral durante seis dias da semana, permanecendo abertos ao público das 6 ou 7 até 18 horas. Aos domingos e feriados o funcionamento é variável em mercados de cidades menores (até classe C), com parte operando em período integral e parte em meio período (da manhã). Nas cidades mais populosas (clas

QUADRO 1. - Distribuição do Número de Municípios Existentes, de Municípios com Resposta e de Municípios com Mercado, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981 ⁽¹⁾

Classe de população residente	Denominação de classe	Existentes		Com resposta			Com mercado		
		Nº (a)	%	Nº (b)	%	% (b/a)	Nº (c)	%	% (c/b)
Até 20.000	A	399	70,0	311	68,9	77,9	16	20,0	5,1
De 20.001 a 40.000	B	79	13,9	61	13,5	77,2	19	24,0	31,1
De 40.001 a 80.000	C	54	9,5	47	10,4	87,0	22	27,9	46,8
De 80.001 a 160.000	D	19	3,2	15	3,3	79,0	9	11,4	60,0
De 160.001 a 320.000	E	13	2,3	12	2,6	92,3	9	11,4	75,0
Mais de 320.000	F	6	1,0	6	1,3	100,0	4	5,1	66,7
Total	-	570	100,0	452	100,0	79,3	79	100,0	17,5

(¹) Exceto o município da Capital.

Fonte: Dados originais de população residente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os demais, originários do levantamento.

QUADRO 2. - Tipo de Mercado Municipal, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Varejista	Misto			Produtor	Sem resposta	Total de informações
		Atacadista e varejista	Varejista e produtor	Atacadista, varejista e produtor			
A	12	1	1	1	-	1	16
B	13	3	-	-	1	2	19
C	15	5	2	-	-	-	22
D	3	4	2	-	-	-	9
E	8	1	-	-	-	-	9
F	2	2	-	-	-	-	4
Total	53	16	5	1	1	3	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

ses D, E e F) a maior parte de seus mercados funciona apenas na parte da ma
nhã aos domingos e feriados (quadro 3).

Entre 71 mercados que responderam à questão referente à sistemática de cobrança de aluguel, a maioria (47) informou que os aluguéis são fixos, não variando com tipo ou volume de mercadoria comercializada em cada banca, enquanto que nos outros 24 a cobrança é diferenciada por ramo de negócio. Porém, em todos os casos a tarifa é fixa por unidade de área (quadro 4).

A pesquisa revelou que tanto o uso de índices oficiais, tais como o Índice Geral de Preços (IGP), Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), como a realização de acordos entre a administração do mercado e os permissionários são critérios utilizados para reajuste dos aluguéis de bancas (quadro 5).

O uso de índices econômicos é mais comum em mercados das cidades maiores (classes E e F), enquanto nas demais classes não há predomínio de um critério sobre o outro.

Somente 43 municípios responderam à questão referente ao orçamento do mercado municipal. Em 74% dos casos (32 em 43), o balanço apresentou déficit, significando um ônus adicional para as Prefeituras, que, além do aluguel recebido dos boxes, precisavam alocar verbas necessárias para manter o mercado em funcionamento (quadro 6).

Possivelmente, essa situação é suficiente para explicar o reduzido interesse que tem havido em manter ou expandir as atividades de tal tipo de estabelecimento varejista, em futuro próximo. A negativa foi mais taxativa nas classes C e D (quadro 7).

A maioria dos informantes (51 em 73) afirmou também não existir espaço vazio na vizinhança do mercado municipal para possível expansão, no caso desta vir a ser cogitada, reforçando ainda mais o desinteresse em ampliar os prédios já existentes.

Outrossim, 45 municípios afirmaram que o mercado existente é suficiente para atendimento das exigências locais no tocante ao abastecimento. As principais razões apresentadas foram: por ser pequena a população urbana; já possuir todos os gêneros alimentícios reclamados pela população; ter ótima localização física, limpeza, higiene e ampla área de circulação, além de fácil acesso. Esses informantes acrescentam ainda que existem na cidade, além do mercado, feiras-livres, ambulantes, quitandas, varejão e supermercados, que contribuem para uma boa oferta de produtos e que se constituem, portanto, em opções de compras (quadro 8).

As razões apresentadas pelos municípios que não acham suficiente o mercado municipal para atender às exigências locais foram: crescimento populacional não acompanhado por aumento relativo de novos equipamentos, principal

QUADRO 3. - Distribuição do Número de Mercados segundo o Horário de Funcionamento, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	De 2. ^a feira a sábado			Aos domingos e feriados	
	Das 6 às 18 horas	Das 7 às 18 horas	Outros horários	Período integral	Meio período
A	4	8	2	7	6
B	9	4	5	6	8
C	17	4	1	13	7
D	8	1	-	3	5
E	6	3	-	1	6
F	3	1	-	-	3
Total	47	21	8	30	35

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 4. - Forma de Pagamento de Aluguel de Bancas, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Forma de pagamento			Total de informações
	Fixo	Variável	Sem resposta	
A	9	6	1	16
B	11	6	2	19
C	14	5	3	22
D	4	3	2	9
E	5	4	-	9
F	4	-	-	4
Total	47	24	8	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 5. - Critério para Reajuste do Aluguel de Banca nos Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Uso de índices oficiais ⁽¹⁾	Acordo entre as partes	Sem resposta	Total de informações
A	2	5	9	16
B	6	6	7	19
C	6	5	11	22
D	1	3	5	9
E	4	-	-	9
F	3	1	-	4
Total	22	20	37	79

(¹) Índice Geral de Preços (inflação), Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 6. - Desempenho Financeiro dos Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Superávit	Déficit	Sem resposta
A	3	5	8
B	4	6	9
C	1	11	10
D	-	4	5
E	3	3	3
F	-	3	1
Total	11	32	36

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 7. - Existência de Plano de Expansão dos Mercados Municipais e de Espaço Vazio na Vizinhança dos Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Plano de expansão			Espaço vazio			Total de informações
	Existe	Não existe	Sem resposta	Existe	Não existe	Sem resposta	
A	1	14	1	4	9	3	16
B	-	16	3	4	9	2	19
C	2	20	-	9	13	-	22
D	-	9	-	-	8	1	9
E	1	6	2	3	6	-	9
F	1	3	-	2	2	-	4
Total	5	68	6	22	51	6	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 8. - Suficiência do Mercado Municipal para as Exigências Locais por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Suficiente	Insuficiente	Sem resposta	Total
A	13	2	1	16
B	11	5	3	19
C	10	11	1	22
D	4	4	1	9
E	4	4	1	9
F	3	1	-	4
Total	45	27	7	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

mente em bairros; condições precárias do prédio; dificuldades de espaço e de acesso.

O pessoal ocupado com os serviços de administração em 69 mercados municipais totalizou 202 pessoas, resultando na média de 3 pessoas por mercado, enquanto o número de pessoas ocupadas com serviços de limpeza e conservação, em 75 mercados, somou 238, com igual média de 3 pessoas por mercado (quadro 9).

O número médio de funcionários que trabalham em mercados municipais, nos serviços de administração e de limpeza e conservação, varia proporcionalmente ao tamanho do mercado e da cidade onde se localiza.

No tocante à inspeção sanitária de produtos alimentícios, verificou-se que, em 76% dos mercados dos municípios que responderam a essa questão, esse serviço é realizado, sendo o órgão responsável pela inspeção o Centro de Saúde local. A afirmação da não existência de inspeção sanitária pode ser atribuída ao desconhecimento, por parte do informante, da legislação federal que trata da matéria, mormente em cidades que dispõem de Centro de Saúde (quadro 10).

A fiscalização de pesos e medidas é feita em 72% dos mercados. O órgão responsável por essa função é o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (IPEM). As mesmas considerações acima com referência à legislação sobre inspeção sanitária valem para a fiscalização de pesos e medidas. Os maiores percentuais quanto à não existência de fiscalização nos pequenos municípios podem decorrer da inexistência, nessas localidades, de agências do IPEM.

QUADRO 9. - Número de Pessoas Ocupadas com Serviços de Administração e de Limpeza e Conservação nos Mercados Municipais por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Administração			Limpeza e conservação		
	Pessoas ocupadas (a)	Mercado (b)	Média (a/b)	Pessoas ocupadas (c)	Mercado (d)	Média (c/d)
A	22	14	1,6	26	15	1,7
B	28	14	2,0	43	16	2,7
C	50	20	2,5	65	21	3,1
D	40	10	4,0	46	10	4,6
E	43	8	5,4	40	9	4,4
F	19	3	6,3	18	3	6,0
Total	202	69	2,9	238	75	3,2

Fonte: Dados originários do levantamento.

4.2 - Estrutura Física

Cerca de três quartos dos mercados municipais foram construídos após 1950, sendo que mais da metade foi construída nas décadas de 1950 e 1960, períodos em que começaram a se elevar as taxas de urbanização dos municípios do Estado de São Paulo (quadro 11).

Constatou-se, ainda, a existência de 4 mercados construídos no século XIX, sendo dois na classe A (1800 e 1876), um na classe D (1888) e um na classe E (1894).

A distribuição etária dos mercados das cidades da classe E (com 160.000 a 320.000 habitantes) se deu de maneira quase que igualitária, em todas as décadas. Os informantes de dez municípios não souberam responder à pergunta sobre a data da construção do mercado.

A área média construída de 73 mercados municipais é de $2.026m^2$ e guarda relação direta com a classe de população residente dos municípios, variando desde $683m^2$, em cidades de menos de 20.000 habitantes, até $4.448m^2$ em cidades com mais de 320.000 habitantes (quadro 12).

A área coberta corresponde, em média, a aproximadamente 80% da área total, com percentagem crescente com o tamanho do mercado. A área média ocupada pela administração (representada, em geral, por apenas uma sala) não apresenta relação constante com o tamanho do mercado. A área ocupada por instala

QUADRO 10. - Existência de Inspeção Sanitária dos Produtos e de Fiscalização de Pesos e Medidas, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Inspeção sanitária dos produtos			Fiscalização de pesos e medidas			Total de informações
	Existe	Não existe	Sem resposta	Existe	Não existe	Sem resposta	
A	8	6	2	8	6	2	16
B	11	4	4	10	6	3	19
C	19	3	-	16	6	-	22
D	7	1	1	8	-	1	9
E	6	2	1	6	2	1	9
F	3	1	-	4	-	-	4
Total	54	17	8	52	20	7	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 11. - Data da Construção do Mercado Municipal, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Período	Classe de população residente												Estado	
	A		B		C		D		E		F			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Antes de 1900	2	12,6	-	-	-	-	1	11,1	1	11,1	-	-	4	5,1
1900 a 1909	-	-	-	-	3	13,5	-	-	-	-	1	25,0	4	5,1
1910 a 1919	1	6,3	-	-	-	-	-	-	1	11,1	-	-	2	2,5
1920 a 1929	1	6,3	1	5,3	-	-	-	-	1	11,1	-	-	3	3,8
1930 a 1939	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11,1	-	-	1	1,3
1940 a 1949	-	-	1	5,3	1	4,5	-	-	1	11,1	-	-	3	3,8
1950 a 1959	2	12,3	5	26,5	7	32,5	4	44,5	1	11,1	2	50,0	21	26,6
1960 a 1969	7	43,3	6	31,1	6	27,0	3	33,3	1	11,1	1	25,0	24	30,4
1970 e após	2	12,6	1	5,3	2	9,0	-	-	2	22,3	-	-	7	8,9
Sem resposta	1	6,3	5	26,5	3	13,5	1	11,1	-	-	-	-	10	12,5
Total	16	100,0	19	100,0	22	100,0	9	100,0	9	100,0	4	100,0	79	100,0

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 12. - Área Ocupada pelo Mercado Municipal por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Coberta			Ocupada pela administração			Ocupada por instalações comuns			Total		
	Nº de infor- mantes (a)	Área (m ²)		Nº de infor- mantes (c)	Área (m ²)		Nº de infor- mantes (e)	Área (m ²)		Nº de infor- mantes (g)	Área (m ²) (1)	
		Total (b)	Média (b/a)		Total (d)	Média (d/c)		Total (f)	Média (f/e)		Total (h)	Média (h/g)
A	12	5.571	464	4	171	43	13	632	49	13	8.875	683
B	17	14.347	844	12	987	82	16	843	53	18	20.281	1.127
C	22	37.522	1.706	20	574	29	20	3.136	157	22	49.395	2.245
D	9	23.005	2.556	7	250	36	8	563	70	9	28.881	3.209
E	8	21.690	2.711	7	338	48	8	1.147	143	8	27.124	3.391
F	3	11.510	3.837	3	114	38	3	1.133	378	3	13.344	4.448
Total	71	113.645	1.601	53	2.434	46	68	7.454	110	73	147.900	2.026

(1) Refere-se à soma das áreas totais dos mercados que deram essa informação, não sendo, portanto, a soma das três colunas anteriores, o que só ocorre na classe F.

Fonte: Dados originários do levantamento.

ções comuns, como sanitários e corredores, igualmente não apresentou nítida relação com área total, provavelmente por informação equivocada ou por falta de compreensão do que seja esse item.

Há uma correlação direta entre a área total dos mercados e o número de pessoas ocupadas nos respectivos mercados (quadro 9).

A ampla maioria (87%) dos mercados está localizada na zona central das cidades, fator importante no acesso dos consumidores. Mesmo em cidades de grande porte, essa localização não apresenta problema de circulação de veículo nas imediações do mercado, embora a metade deles não disponha de área especificamente destinada a estacionamento para os usuários (quadros 13 e 14).

Apenas na classe F a existência de estacionamento é significativamente maior que a não existência, o que é consistente com o tamanho do mercado e maior população das cidades.

Em 72 dos 77 mercados municipais que responderam a esta questão, não existia desvio ferroviário nas proximidades (quadro 15).

Ampla maioria dos informantes (73%) apontou a existência de facilidades para as operações de carga e descarga de caminhões que afluem ao mercado, entre as quais rampas e plataformas, além de estacionamento e calçada comum. Todavia, em nenhum deles existia balança para pesar os veículos que trans

QUADRO 13. - Localização do Mercado Municipal na Cidade, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Zona			Sem resposta	Total de informações
	Central	Intermediária	Periférica		
A	13	2	-	1	16
B	16	3	-	-	19
C	19	3	-	-	22
D	9	-	-	-	9
E	8	1	-	-	9
F	3	-	1	-	4
Total	68	9	1	1	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 14. - Existência de Local para Estacionamento de Veículos em Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Estacionamento de veículos			Total de informações
	Existe	Não existe	Sem resposta	
A	6	9	1	16
B	9	9	1	19
C	11	10	1	22
D	4	5	-	9
E	5	4	-	9
F	3	1	-	4
Total	38	38	3	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 15. - Existência de Desvio Ferroviário Próximo ao Mercado Municipal, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Desvio ferroviário			Total de informações
	Existe	Não existe	Sem resposta	
A	-	14	2	16
B	1	18	-	19
C	2	20	-	22
D	-	9	-	9
E	1	8	-	9
F	1	3	-	4
Total	5	72	2	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

portam mercadorias a granel para a venda de cargas completas, como, por exemplo, melancia, abóbora e banana verde (quadros 16 e 17).

Ponto importante a destacar é de que em somente 8 mercados existia câmara frigorífica. Desses, 3 não informaram sobre a capacidade das mesmas (2 da classe D e 1 da classe F). As 5 restantes totalizam capacidade de 406m^3 , resultando numa média de 81m^3 para cada câmara (quadro 18).

Constatou-se que, dentre 77 mercados, 67 afirmaram existir água encanada e 42, telefone instalado, porém nem sempre em cada banca (quadro 19).

O número de bancas por grupo de ramos de atividade foi outro aspecto abordado pela pesquisa. Aproximadamente 3.700 bancas estavam ocupadas, correspondentes a 89% das existentes em 72 mercados municipais que responderam a esta questão. Cerca de um terço das bancas estavam locadas para o ramo de produtos hortícolas (legumes, verduras e frutas frescas), distribuídas entre as que vendem exclusivamente legumes, verduras ou frutas e as que vendem todos os sortimentos de produtos hortícolas. O mercado municipal "médio" no Estado é composto por 57 bancas, com 51 ocupadas e 6 vagas (quadro 20).

4.3 - Outros Aspectos Relacionados com a Estrutura Local de Abastecimento

Apenas 69 informantes responderam afirmativamente à questão sobre a supervisão local do abastecimento de alimentos, revelando a pequena (15,3%) preocupação com esse problema por parte das Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo. Essa proporção aumenta para 29,1% quando se excluem os municípios da classe A (quadro 21).

Quando existe essa preocupação, a responsabilidade tem sido do prefeito local (13,0%). À medida que aumenta o tamanho da população do município, há uma tendência a haver maior atenção com o abastecimento, sendo mais evidente nas classes D, E e F. Na classe F, onde seria de se esperar, inclusive, a existência de secretaria de abastecimento ou de uma comissão específica, elas não existem.

Há estrutura formal em apenas 10 casos, sendo quatro secretarias e seis comissões municipais, sem que tenham sido melhor definidas quais sejam suas atribuições. Nos pequenos municípios (classe A), em apenas 28 dos 311 há alguma preocupação com esse aspecto do abastecimento.

Evidencia-se, portanto, pequena ou pouca descentralização das decisões quanto a esses problemas, ou seja, na grande maioria se constituindo em preocupação pessoal do prefeito, restringindo um planejamento global do abastecimento.

Quanto à legislação municipal sobre comércio e funcionamento de estabelecimentos varejistas de gêneros alimentícios, verificou-se que em mais

QUADRO 16. - Existência e Tipo de Facilidade para Carga e Descarga de Caminhões nos Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Existência de facilidade			Tipo de facilidade				Total de informações
	Existe	Não existe	Sem resposta	Rampa	Plataforma	Outro	Sem resposta	
A	6	9	1	-	-	9	7	16
B	16	1	2	1	1	13	4	19
C	19	3	-	1	3	15	3	22
D	7	1	1	1	-	7	1	9
E	6	3	-	1	1	6	1	9
F	4	-	-	-	1	3	-	4
Total	58	17	4	4	6	53	16	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 17. - Tipo de Veículo com Acesso para Carga e Descarga de Mercadorias no Mercado Municipal, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Existência					Total
	Só caminhão	Caminhão e carroça	Caminhão e outros	Caminhão, carroça e outros	Outros	
A	5	2	3	1	3	13
B	5	6	2	2	2	17
C	13	3	1	2	2	21
D	3	1	2	2	1	9
E	5	-	4	-	-	9
F	1	-	1	-	-	2
Total	32	12	13	7	8	72

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 18. - Existência e Capacidade de Câmara Frigorífica em Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Existência			Capacidade	
	Existe	Não existe	Sem resposta	m ³	Nº de mercado
A	-	15	1	-	-
B	1	16	2	36	1
C	1	21	-	120	1
D	3	6	-	100	1
E	1	8	-	120	1
F	2	2	-	30	1
Total	8	68	3	406	5

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 19. - Existência de Água Encanada e Telefone nas Bancas dos Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Água encanada			Telefone			Total de informações
	Existe	Não existe	Sem resposta	Existe	Não existe	Sem resposta	
A	14	2	-	5	11	-	16
B	15	4	-	9	10	-	19
C	20	2	-	13	8	1	22
D	7	2	-	7	2	-	9
E	7	-	2	6	3	-	9
F	4	-	-	2	1	1	4
Total	67	10	2	42	35	2	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 20. - Distribuição do Número de Bancas Ocupadas por Ramo de Atividade nos Mercados Municipais, Estado de São Paulo, 1981

Ramo de atividade	Total de bancas ocupadas	
	Número	%
Legumes, verduras e frutas	1.227	33,4
Secos e molhados ⁽¹⁾	833	22,7
Carnes frescas e congeladas	301	8,2
Aves e ovos	114	3,1
Frios e laticínios	106	2,9
Pescado	83	2,3
Flores, pássaros e peixes ornamentais	93	2,5
Lanches e bebidas	226	6,1
Outros ⁽²⁾	689	18,8
<hr/>		
Bancas ocupadas (a)	3.672	100,0
Bancas vagas	462	-
Bancas existentes (b)	4.134	-
Mercados informantes (c)	72	-
Bancas ocupadas/mercado (a)/(c)	51	-
Bancas existentes/mercado (b)/(c)	57	-

⁽¹⁾ Cereais, massas, latarias, tubérculos, bulbos, etc.

⁽²⁾ Amarelinhos, utilidades domésticas, fumo, material de caça e pesca, etc.

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 21. - Supervisão Municipal do Abastecimento de Alimentos, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Supervisão pelo Prefeito			Supervisão por						Total de informações
				Comissão			Secretaria			
	Sim	Não	Sem resposta	Sim	Não	Sem resposta	Sim	Não	Sem resposta	
A	27	267	17	1	294	16	-	299	12	311
B	15	45	1	1	59	1	1	58	2	61
C	8	38	1	2	45	-	2	45	-	47
D	4	10	1	1	13	1	-	14	1	15
E	2	10	-	1	11	-	1	11	-	12
F	3	3	-	-	6	-	-	6	-	6
Total	59	373	20	6	428	18	4	433	15	452

Fonte: Dados originários do levantamento.

de um terço (38,0%) dos municípios paulistas existe legislação municipal a respeito. Este fato é consistente com os ditames da Constituição Federal que outorga aos municípios a competência de legislar sobre a matéria ("é de peculiar interesse do município") (quadro 22).

Com a única exceção dos municípios da classe A, acima de 50% dos informantes de cada classe responderam ter legislação referente ao comércio de alimentos. Nos municípios de maior população é praticamente total a existência de legislação específica.

Chama atenção o fato de metade de municípios nas classes mais populosas, como é o caso da classe E, não se terem reportado à existência de legislação.

O procedimento parece se desenvolver à base de usos e costumes, independentemente do tamanho de município. Apenas nas classes D e F há evidências de que a matéria tem merecido a atenção específica dos poderes municipais. O comércio dar-se-ia livremente, talvez apenas regido por posturas relativas ao "código de obras", sem constar de rubrica específica.

A construção de mercado municipal com projeto de execução prevista para os próximos anos foi outra questão de interesse do levantamento e foi formulada para todos os municípios do Estado de São Paulo. Das 414 respostas obtidas, é muito elucidativo que 387 deles não tenham qualquer plano de construção, demonstrando que a esmagadora maioria não considera os mercados municipais uma prioridade, levando a concluir que se trata de um investimento desnecessário ante o desempenho da rede usual de abastecimento ⁽⁸⁾ (quadro 23).

Paralelamente à pesquisa sobre mercados municipais fez-se um levantamento da existência de outras instituições ou equipamentos relacionados à comercialização de produtos agrícolas, como feiras-livres, barracões de embalagem de frutas e máquinas de beneficiamento de cereais.

Constatou-se a existência de feiras-livres em 43,4% dos municípios do Estado, sendo de 100% a existência naqueles de maior porte (classes D, E e F). Em 189 que informaram o número desses equipamentos móveis, o total foi de 857 feiras-livres e a expansão para o Estado corresponderia a um total de cerca de 1.500. O número médio de feiras por município aumenta com o tamanho da população do município (quadros 24 e 25).

Os barracões de embalagem de frutas ("packing-houses") foram constatados em 10,2% dos municípios, concentrados em centros populacionais de maior porte (das classes D, E e F).

(8) Isso já foi constatado em pesquisa realizada na Capital. Ver (6).

QUADRO 22. - Existência de Legislação Municipal sobre Comércio e Funcionamento de Estabelecimentos Varejistas de Gêneros Alimentícios, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Existência de legislação			Total de municípios
	Sim	Não	Sem resposta	
A	92	195	24	311
B	34	26	1	61
C	25	21	1	47
D	10	4	1	15
E	6	6	-	12
F	5	1	-	6
Total	172	253	27	452

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 23. - Existência de Projeto para Construção de Mercado Municipal com Execução Prevista para os Próximos Anos, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Projeto de construção			Total de municípios
	Sim	Não	Sem resposta	
A	13	275	23	311
B	6	45	10	61
C	4	40	3	47
D	1	14	-	15
E	2	8	2	12
F	1	5	-	6
Total	27	387	38	452

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 24. - Existência de Feiras-livres, Barracões de Embalagem de Frutas ("Packing-houses") e Máquinas de Beneficiamento de Cereais, por Classe de População Residente, em Municípios do Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Feira-livre			"Packing-house"			Máquina de beneficiamento			Total de municípios
	Sim	Não	Sem resposta	Sim	Não	Sem resposta	Sim	Não	Sem resposta	
A	78	213	20	31	243	37	238	48	25	311
B	41	18	2	5	52	4	47	12	2	61
C	44	3	-	5	41	1	32	13	2	47
D	15	-	-	2	12	1	11	4	-	15
E	12	-	-	2	9	1	5	6	1	12
F	6	-	-	1	5	-	-	3	3	6
Total	196	234	22	46	362	44	333	86	33	452

QUADRO 25. - Número de Feiras-livres, Barracões de Embalagem de Frutas ("Packing-houses") e Máquinas de Beneficiamento de Cereais, por Classe de População Residente, em Municípios do Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Feira-livre			"Packing-house"			Máquina de beneficiamento		
	Número (a)	Município (b)	Média (a/b)	Número (c)	Município (d)	Média (c/d)	Número (e)	Município (f)	Média (e/f)
A	108	71	1	129	27	5	893	237	4
B	65	39	2	11	3	4	267	44	6
C	153	41	4	11	5	2	176	28	6
D	98	14	7	55	1	55	63	8	8
E	166	12	14	6	2	3	29	4	7
F	267	6	44	1	1	1	-	-	-
Total	857	189	4	213	39	5	1.433	321	4

Fonte: Dados originários do levantamento.

Quanto a máquinas ou usinas de beneficiamento de cereais ⁽⁹⁾, constatou-se sua existência em 333 municípios (73,7%), totalizando 1.433 unidades. O índice de ocorrência é relativamente idêntico nas quatro primeiras classes (A, B, C e D), não sendo constatada sua presença na classe de maior população (F). As ocorrências dessas unidades é mais acentuada em municípios de pequeno e médio tamanhos, como reflexo da maior participação relativa da produção de cereais na economia regional ou local.

5 - CONCLUSÕES

O percentual de cidades paulistas que possuem mercado municipal aumenta em relação direta com o tamanho da população dos municípios. Dois terços dos mercados foram construídos no período pós-1950, sendo que mais da metade o foi no decorrer das décadas de 50 e 60, quando se verificaram as maiores taxas de urbanização ao Estado. Essas duas constatações sugerem que a instituição dos mercados representou um dos meios mais utilizados pelas autoridades municipais para enfrentar o então crescente desafio do abastecimento das respectivas populações urbanas.

É pequena a preocupação das prefeituras do Estado com a supervisão do abastecimento de gêneros alimentícios, não obstante boa parte dispor de dispositivos legais para atuação nessa área. Em ampla maioria dos municípios a construção de prédio para a instalação de mercado não é cogitada, face ao elevado investimento exigido e provavelmente ao desempenho satisfatório da rede existente de abastecimento ao nível de varejo.

O perfil do mercado municipal "médio", com base nas informações de cunho físico, pode ser assim traçado: uma área total de 2.026m², com número médio de 57 bancas, concentradas nos ramos de legumes, verduras e frutas (33,4% das bancas) e de secos e molhados (22,7%), operando com três pessoas no serviço de administração e três no de limpeza e conservação, sendo destinado para o comércio varejista. Seu balanço financeiro usualmente apresenta déficit, onerando o erário municipal para a cobertura de dispêndios com despesas operacionais.

Constatou-se a realização de feiras-livres em 43,4% dos municípios, com relação direta entre o número desse tipo de equipamento varejista e o tamanho da população do município. A existência de barracões de embalagem de

⁽⁹⁾ Entende-se como máquinas (ou usinas ou engenhos) de beneficiamento de cereais as unidades empresariais desse sub-ramo de atividade agroindustrial.

frutas ("packing-houses") foi constatada nos centros populacionais de maior porte. As máquinas ou usinas de beneficiamento de cereais foram constatadas em 73,7% da amostra, com maior presença em comunidades menores.

À medida que o auto-serviço se estendeu para o interior do Estado, modernizou-se o abastecimento, construíram-se novos Centros Regionais de Abastecimento, estabeleceram-se novas feiras-livres que ainda trabalham com parte apreciável dos hortigranjeiros e, em decorrência disso, os mercados municipais viram restringida sua área de trabalho em diversidade de itens comercializados e que não são de gêneros alimentícios.

Pela receita proporcionada pelos mercados, qualquer que seja a forma de retribuição fixada pela Prefeitura, vê-se que o retorno é baixo (e isto apenas em termos operacionais, sem considerar o investimento passado e mesmo o valor venal atual do imóvel), exigindo alocação de mais verbas pelas municipalidades para completar-lhes os gastos.

LITERATURA CITADA

1. ANJOS, Natanael M. dos & AMARO, Antonio A. Equipamentos e meios de comercialização de produtos agrícolas em São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 4., Belo Horizonte, 1965. Anais ... p.200-206.
2. BAPTISTELLA F9, Humberto; MAZZON, José A.; GUAGLIARDI, José A. O método da coleta de dados pelo correio: um estudo exploratório. Revista de Administração, São Paulo, 15(4):35-43, out./nov. 1980.
3. BARROS, Mauro de S. et alii. Mercado varejista de gêneros alimentícios da Grande São Paulo: uma abordagem estrutural. São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1978. 52p. (Relatório de Pesquisa, 03/78)
4. JOST, A.A. Feiras-livres, mercados e ambulantes. In: FORUM DE DEBATES: abastecimento de alimentos. São Paulo, 1977. São Paulo, Instituto Basílio Machado/Federação do Comércio do Estado de São Paulo, 1977. p.7-17.
5. KIRSTEN, José T. Padrão de vida e alterações nos hábitos do consumidor. Informações FIPE, São Paulo, (9):1, nov. 1980.
6. SÃO PAULO. Prefeitura. O abastecimento de gêneros alimentícios na área urbana do município de São Paulo. São Paulo, 1967. 2v.

7. SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. Instituto de Economia Agrícola. De
senvolvimento da agricultura paulista. São Paulo, 1972. 319p.
8. SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO: São Paulo, 1980. Rio de Janeiro,
IBGE, 1981. v.1, t.1, nº 18.
9. STILMAN, Meyer. O comércio varejista e os supermercados na cidade de São
Paulo. São Paulo, FEA/USP, 1962. 2v. (Boletim, 35)

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise de situação da estrutura física e administrativa dos mercados municipais em 1981, bem como da existência de feiras-livres, "packing-houses" e máquinas de beneficiamento de cereais. As informações foram obtidas de questionários preenchidos por 452 das 570 Prefeituras Municipais, entre as quais 79 responderam existir mercado nas respectivas cidades. A remessa e o retorno dos questionários se fez por via postal. Entre os resultados obtidos no estudo, destacam-se os seguintes aspectos. O percentual de cidades paulistas que possuem mercado municipal aumenta em relação direta com o tamanho da população dos municípios. Poucas prefeituras se preocupam com a supervisão do abastecimento de gêneros alimentícios no município. O mercado municipal "médio" do Estado tem uma área total de 2.026m², com 57 bancas, principalmente de legumes, verduras e frutas e de secos e molhados, operando com três pessoas no serviço de administração e três no de limpeza e conservação. Realizam-se feiras-livres em cerca de 43% dos municípios, existem packing-houses em apenas 10% dos municípios e máquinas ou usinas de beneficiamento em 74% das localidades.

RETAIL MARKETING FACILITIES IN THE STATE OF SÃO PAULO: MUNICIPAL MARKETS

SUMMARY

This paper presents an analysis of the physical and administrative framework situation of the municipal markets in 1981, as well as the existence of open-air markets, packing-houses and cereal processing enterprises. The information were obtained from the questionnaires fulfilled by 452 of the 570 Municipal Prefectures of the São Paulo State, among them 79 answered to exist-market in the respective cities. The remittance and the return of the

questionaries were made by mail. Among the results distinguish the following aspects. The percentage of the cities of the São Paulo State which have municipal markets increase in direct relation with the population size of the municipalities. Few Prefectures worry about the supervision of the foodstuff supply in the municipality. The "average" municipal market of the State has an average area of 2,026 square meters, with 57 boxes, mainly of vegetables, fruits, groceries, working with three persons in the administrative service and three in the cleanness and maintainance. Open-air markets are operating in about 43 percent of the municipalities, there are packing houses in only 10 percent of the municipalities and processing mills in 74 percent of them.

**SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA**

Comissão Editorial:

Coordenador: Celuta Moreira Cesar Machado

Membros: Antonio Ambrósio Amaro
Arthur Antonio Ghilardi
Flavio Condé de Carvalho
José Luis Teixeira Marques Vieira
Maria Carlota Meloni Vicente

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria

**Centro Estadual de Agricultura
Av. Miguel Estéfano, 3900
04301 - São Paulo - SP**

**Caixa Postal, 8114
01000 - São Paulo - SP
Telefone: 276-9266**



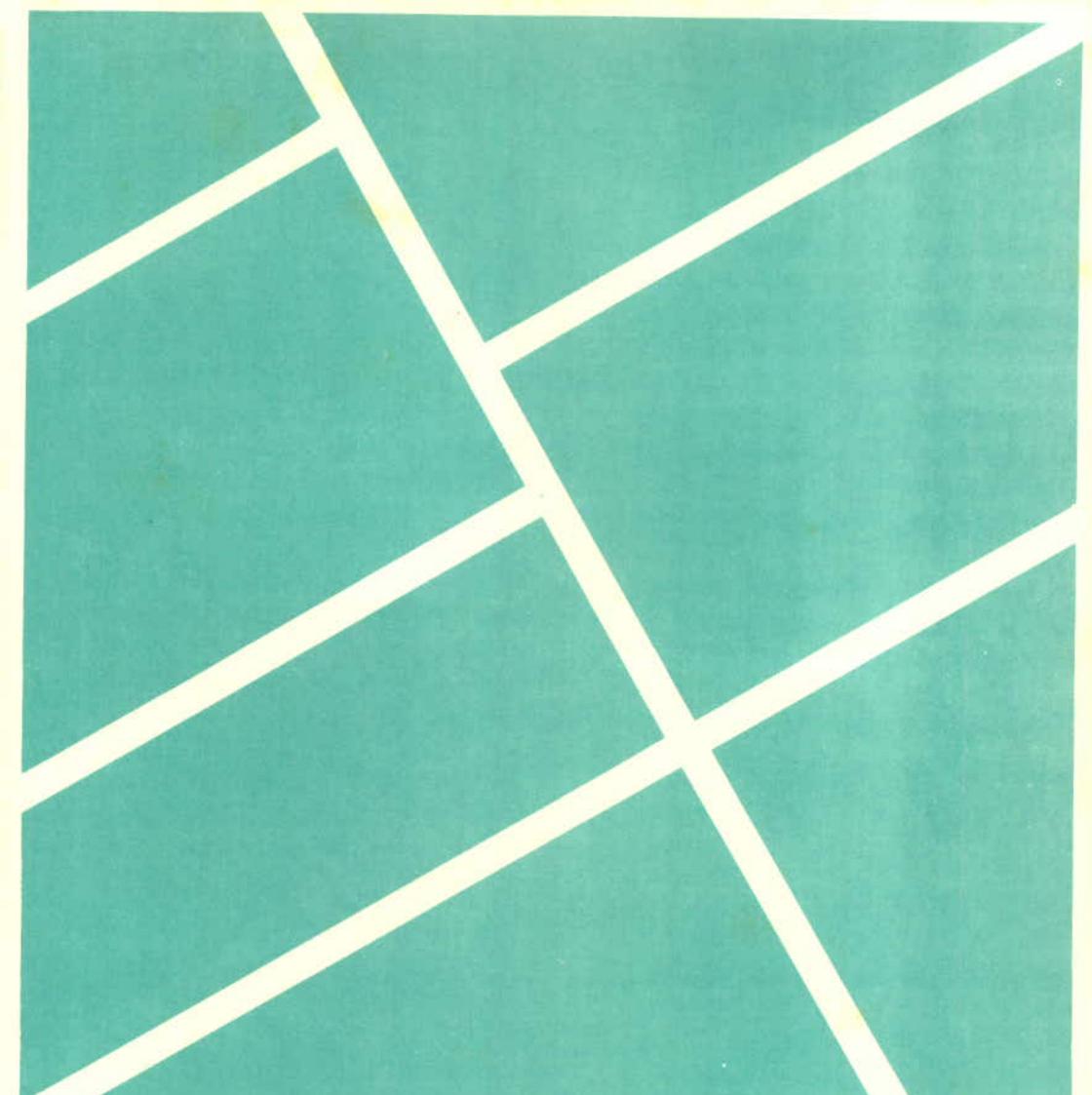
Impresso no Setor Gráfico do IEA
Av. Miguel Stefano, 3900 - 04301, São Paulo, SP



Relatório de Pesquisa
Nº03/87

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola



**ABASTECIMENTO DE CENTROS URBANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO
— MERCADOS MUNICIPAIS**

Domingos Desgualdo Netto
Alfredo Tsunechiro
Laura Olitta de Souza Barros
Antonio Ambrósio Amaro

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Instituto de Economia Agrícola

ISSN 0101-5109
Relatório de Pesquisa
03/87

**ABASTECIMENTO DE CENTROS URBANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO – MERCADOS
MUNICIPAIS**

Domingos Desgualdo Netto
Alfredo Tsunehiro
Laura Olitta de Souza Barros
Antonio Ambrósio Amaro

São Paulo
1987

ÍNDICE

1 - INTRODUÇÃO	1
2 - REVISÃO DE LITERATURA	3
3 - METODOLOGIA	5
4 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS	5
4.1 - Estrutura Administrativa	5
4.2 - Estrutura Física	14
4.3 - Outros Aspectos Relacionados com a Estrutura Local de Abastecimento	20
5 - CONCLUSÕES	30
LITERATURA CITADA	31
RESUMO	32
SUMMARY	32

ABASTECIMENTO DE CENTROS URBANOS NO ESTADO DE SÃO PAULO - MERCADOS
MUNICIPAIS (1)

Domingos Desgualdo Netto
Alfredo Tsunechiro(2)
Laura Olitta de Souza Barros
Antonio Ambrósio Amaro

1 - INTRODUÇÃO

Conceitua-se mercado como "um agregado composto de um ou mais com pradores e um ou mais vendedores que discutem a formação de preços de produ tos e efetuam operações de compra e venda". Nesse contexto, os mercados muni cipais são locais de realização de negócios, à semelhança de outros equipamen tos. Nasceram quase espontaneamente, ao ar livre. Para melhoria das funções que desempenham, os poderes públicos promoveram construções, passando a reu nir em áreas municipais um conjunto de equipamentos fixos com o objetivo prin cipal de comercializar gêneros alimentícios.

Nesses mercados físicos, a área total é dividida em bancas ou boxes cedidas quase sempre sob o regime de permissão de uso (3), geralmente a fir mas individuais ou sociedades limitadas, pelo poder público municipal, o qual, também, estabelece normas disciplinares do seu funcionamento.

Economicamente, os mercados possibilitam criar circuitos de distri buição curtos; permitem vendas e compras rápidas de diferentes produtos; con centram a oferta e procura; evidenciam a conjuntura e as cotações. O estabele cimento de iguais condições entre os diferentes interessados, evitando a cons tituição de monopólios, permite confrontações abertas entre as forças da ofer ta e da demanda, condição necessária à formação de preços em mercado de compe tição quase perfeita.

Além dessa função econômica, pode-se citar outras, de caráter técni co, como a da conservação e armazenagem dos produtos, concentradas num mesmo

(1) Os autores agradecem as participações do Auxiliar Agropecuário Benedito Barbosa de Freitas, do Estagiário Luís Fernando Fernandes Pessoa e das Es criturárias Zilda de Oliveira Rocha e Marisa Zeferino em diferentes etã pas do trabalho.

(2) Bolsista do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

(3) Permissão de uso: locação a título precário, em que o locatário se sujeita às posturas legais específicas, podendo cessar unilateralmente, sem que envolva pendências ou ônus para qualquer parte.

local e de uso comum, permitindo atender às necessidades de diferentes interessados e usuários em geral.

Pela antiguidade da maioria deles, admite-se terem feito parte do modo de vida de pequenas comunidades. E a hodiernidade deles em centros comerciais ainda incipientes parece confirmar esse fato. À medida que as cidades cresceram esses equipamentos foram perdendo importância, particularmente na naquelas onde as filiais de lojas em cadeia e os supermercados tiveram mais amplio desenvolvimento. Todavia, para produtos perecíveis os mercados não perderam sua influência, continuando a servir de referência de preços para os de mais circuitos de distribuição.

Em verdade, eles constituem não um anacronismo, mas uma quase nos talgia dentro do moderno sistema de abastecimento. Foram, mais do que mercado, uma mera forma de lazer da pequena população, um ponto de encontro para todos os assuntos, inclusive não-comerciais. Como pontos de reunião e de descanso coloriram as cidades e, ao lado dos templos, situaram-se quase sempre no centro do núcleo populacional, incorporando-se à paisagem local.

O progresso alterou os hábitos de compra dos cidadãos e sō na memōria dos moradores mais antigos haja, talvez, a lembrança de como eram āreas agradáveis, como a praça matriz e o coreto. As profundas mudanças tecnolōgicas, econômicas e sociais nos últimos vinte anos contribuíram em muito para alterar as estruturas tradicionais de comercialização de alimentos e produtos de primeira necessidade.

Com certa frequência nota-se nos mercados municipais menor nūmero de pessoas diariamente atendidas em comparação a outros tipos de equipamentos, como supermercados e feiras-livres, resultante da inexistência de cāmaras frigoríficas, ausência de meios mecânicos para carga e descarga e pouco espaço externo para estacionamento de veículos.

De outra parte, alguns organismos estatais investiram enormes somas de dinheiro na construção de mercados, porém sem terem dedicado a essa tarefa a devida preparação e anālise, o que resultou em gastos desnecessários, nāo sendo pouco comum verem-se esses equipamentos quase desertos.

O presente trabalho sobre estrutura dos mercados urbanos faz parte de um programa de estudos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) relativo ao abastecimento de gêneros alimentícios no Estado de São Paulo.

O estudo visou, precipuamente, a proceder levantamento, em todo o Estado de São Paulo, da existência de estrutura pública de abastecimento, objetivando conhecer sua localização geográfica, número de bancas nos mercados municipais, produtos transacionados, tipos de administração, meios de transporte e outras características das instalações físicas, bem como alguns aspectos do seu desempenho.

Paralelamente, ao lado da importância do mercado municipal, foram

observados e analisados outros aspectos do abastecimento varejista das áreas urbanas das cidades do Interior do Estado de São Paulo.

2 - REVISÃO DE LITERATURA

Os aspectos da comercialização agrícola relativos à distribuição de alimentos a nível do varejo têm sido geralmente estudados no Brasil sob o conceito de abastecimento. Poucos são os estudos aprofundados quanto à estrutura e organização dos mercados, sobre os equipamentos de comércio de alimentos e mais raros ainda os que se referem aos mercados municipais.

O trabalho de STILMAN (9), em 1962, pode ser considerado o pioneiro no estudo do comércio varejista da Cidade de São Paulo, destacando o histórico e o desenvolvimento dos supermercados nos Estados Unidos e na Capital paulista. O autor apresenta, entre as conceituações dos diferentes equipamentos existentes, a de mercado municipal. Dentro da classificação apresentada, os mercados municipais são considerados "edifícios de propriedade do município que abrigam conjuntos comerciais com um número variável de lojas independentes, de dimensões reduzidas, que se dedicam essencialmente à venda varejista de produtos alimentícios".

Em 1965, ANJOS & AMARO (1) apresentaram no IV Congresso Brasileiro de Agronomia, realizado em Belo Horizonte, MG, projeto de pesquisa com o objetivo de conhecer a infra-estrutura de distribuição de produtos agrícolas no Estado de São Paulo, em particular dos mercados municipais. A proposição foi aprovada, tendo em vista também que, na época, havia necessidade de se estabelecer um cadastro que permitisse definir pontos de importância na comercialização de produtos agrícolas, tendo em conta a instalação de um Serviço de Informação de Mercado (SIM), em vias de estruturação na então Divisão de Economia Rural (atual IEA).

A PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO (6) publicou, em 1967, estudo sobre o abastecimento de gêneros alimentícios na Capital, em que ressalta as exigências da legislação estadual (4) e a definição legal de mercados como estabelecimentos componentes do comércio varejista de gêneros alimentícios no Estado de São Paulo, adaptada de Stilman: "são edifícios, comumente construídos pela municipalidade, onde os alimentos em geral, que usualmente não requerem instalações especiais, são expostos à venda em compartimentos comuns chamados boxes (ou bancas)".

O INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA (7) procedeu, em 1972, a amplo es

(4) Artigos 1.029 e 1.049, do Decreto Estadual nº 15.642, de 09/02/1946, que aprovou o Regulamento do Policiamento da Alimentação Pública.

tudo sobre o desenvolvimento do setor agrícola do Estado de São Paulo onde ana lisa, no capítulo referente à comercialização agrícola, o estágio de evolução do mercado varejista de produtos alimentícios, destacando a importância dos mercados municipais, ao lado dos mercados particulares, no abastecimento das cidades do interior, desconhecendo, contudo, o número oficial desses estabelecimentos.

JOST (4) abordou, em 1977, diversos aspectos relacionados com os mercados municipais, feiras-livres e ambulantes da Cidade de São Paulo, real çando sua importância no abastecimento de alimentos.

BARROS et alii (3) apresentaram, em 1978, um estudo sobre o número e a distribuição geográfica dos equipamentos varejistas distribuidores de alimentos na área metropolitana da Grande São Paulo e uma análise parcial do de sempenho dos equipamentos fixos, medido através de seu faturamento. Mercado municipal foi definido como "um conjunto de equipamentos fixos reunidos em próprios municipais, destinados, principalmente, à comercialização de gêneros alimentícios". Informaram que no Município de São Paulo o funcionamento dos mercados municipais é regulamentado pelo Decreto nº 8.069, de 26/03/69.

BAPTISTELLA FQ; MAZZON; GUAGLIARDI (2) apresentaram estudo pioneiro no Brasil, em 1980, com o objetivo de analisar o retorno de questionários em pesquisa pelo correio. As variáveis utilizadas foram três fontes emissoras da pesquisa, acompanhamento ou "follow-up" (5) e incentivos (material e monetário). Entre outras indicações, os resultados desse estudo mostram que a taxa de retorno varia em função da imagem da fonte emissora e da predisposição do público atingido quanto à mesma, além da tendência de aumento da taxa de re torno com o uso de "follow-up" em relação ao envio somente de questionários.

KIRSTEN (5), em 1980, analisando o padrão de vida e alterações nos hábitos do consumidor paulistano, concluiu que para a Capital havia grande es tabilidade nos percentuais por grupo de dispêndio (alimentação, habitação, transporte, etc.) ao comparar duas épocas diferentes (1972 e 1980). De outra parte, assinala que os hábitos de compra haviam mudado profundamente, particu larmente nas compras em supermercados (16,2% em 1971 para 40,24% dos gastos em 1980), enquanto as feiras-livres praticamente mantiveram sua participação relativa na preferência das donas-de-casa. Por sua vez, a participação dos mercados municipais da Capital havia se reduzido de 2,5% para 0,12% dos gas tos familiares.

(5) Acompanhamento significa a remessa de nova carta reforçando a importância da resposta e do retorno do questionário.

3 - METODOLOGIA

Face às características e dificuldades (morosidade e alto custo) de um levantamento direto de informações junto às prefeituras dos municípios do Estado de São Paulo, optou-se pela utilização do método de coleta de dados pelo correio. Esse método, até há alguns anos menos viável face às deficiências no sistema postal brasileiro, mostrou-se perfeitamente adequado para as necessidades da presente pesquisa.

Visando obter o maior índice possível de retorno dos questionários, também pelo correio, os mesmos foram capeados por carta e enviados aos Senhores Prefeitos dos 570 municípios do Estado, contendo explicações a respeito do estudo e instruções sobre o preenchimento (6). A remessa dos questionários foi feita em fins de março de 1981. Uma segunda remessa de questionários foi feita um mês e meio após para os municípios que ainda não tinham respondido à primeira carta.

O número de questionários recebidos atingiu o expressivo montante de 452, correspondente a 79% dos municípios do Estado, atestando o grande interesse despertado junto aos informantes. Esse número é tanto mais relevante, quando se considera que, em pesquisas pelo correio, a taxa de retorno de resposta é freqüentemente baixa, como as citadas por BAPTISTELLA F9; MAZZON; GUAGLIARDI (2). Essa porcentagem contribuiu para a fidedignidade dos dados, podendo-se admiti-los como quase censitários.

Em função dos objetivos do trabalho, os municípios foram distribuídos em seis classes de acordo com a população residente, com base em dados do Censo Demográfico de 1980 (8). O limite de 20 mil habitantes para a primeira classe foi estabelecido tendo em conta ser indispensável uma disponibilidade de renda capaz de justificar a existência de tal tipo de equipamento.

Para uma análise geral do sistema de abastecimento dos municípios foram computados todos os questionários recebidos, de cidades com e sem mercado municipal.

4 - APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

4.1 - Estrutura Administrativa

Entre os 452 municípios que responderam ao questionário, em 79 existia mercado municipal, o que corresponde a uma fração de 17,5% e leva à ila

(6) Excluiu-se o município da Capital por apresentar características próprias e ser objeto de futura pesquisa.

ção de que nos 570 municípios do Estado haveria cerca de 109 cidades com mercado municipal (quadro 1).

Constata-se que, à medida que aumenta o tamanho da população do município, é maior a percentagem de cidades que possuem mercado municipal. Deve-se destacar o fato de que 3 dos 12 municípios da classe E e 2 dos 6 da classe F informaram não existir no momento mercados municipais por terem sido desativados.

O tipo de mercado municipal predominante foi o de vendas exclusivamente ao varejo, com 67%. Seguem-se, com 28%, os mercados onde as vendas se processam tanto a nível de atacado como de varejo, sendo praticadas tanto por comerciantes como por produtores. Registrou-se a existência de apenas um mercado ocupado somente por produtores (quadro 2).

Deve-se notar ser bastante complexo definir-se na prática o que seja um mercado em que as vendas ocorrem por atacado ou varejo. O comum é que elas coexistam. Embora no mercado municipal predomine o comércio varejista, algumas empresas vendem, eventualmente, a outros varejistas tais como quitandeiros, ambulantes e bares.

Na verdade não existem posturas legais que definam ou determinem que volumes caracterizam atacado ou varejo; ou para quais compradores as empresas devam vender; tampouco se restringem as operações para compradores situados no mesmo nível de comércio, procurando limitar as transações apenas para certos usuários.

O que é mais freqüente observar-se é as prefeituras procurarem dar preferências a produtores para ocuparem as bancas para venda de produtos agrícolas "in natura", com o objetivo de encurtar o canal de comercialização, visando eliminar agentes intermediários. Porém, nem sempre os agricultores encontram-se capacitados a exercerem também as operações comerciais, ininterruptamente.

Os principais critérios apontados para seleção de comerciantes pretendentes à locação de banca nos mercados municipais são: pedidos feitos no protocolo da Prefeitura Municipal ou venda do ponto por edital de concorrência pública e transferência entre os próprios comerciantes. Em todos os casos existe, de parte da administração municipal, preferência à venda de gêneros alimentícios de maior interesse do consumidor, avaliação da idoneidade moral e capacidade financeira do proponente e seleção por ramo de atividade.

Constatou-se que a quase totalidade dos mercados funciona em período integral durante seis dias da semana, permanecendo abertos ao público das 6 ou 7 até 18 horas. Aos domingos e feriados o funcionamento é variável em mercados de cidades menores (até classe C), com parte operando em período integral e parte em meio período (da manhã). Nas cidades mais populosas (clas

QUADRO 1. - Distribuição do Número de Municípios Existentes, de Municípios com Resposta e de Municípios com Mercado, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981 ⁽¹⁾

Classe de população residente	Denominação de classe	Existentes		Com resposta			Com mercado		
		Nº (a)	%	Nº (b)	%	% (b/a)	Nº (c)	%	% (c/b)
Até 20.000	A	399	70,0	311	68,9	77,9	16	20,0	5,1
De 20.001 a 40.000	B	79	13,9	61	13,5	77,2	19	24,0	31,1
De 40.001 a 80.000	C	54	9,5	47	10,4	87,0	22	27,9	46,8
De 80.001 a 160.000	D	19	3,2	15	3,3	79,0	9	11,4	60,0
De 160.001 a 320.000	E	13	2,3	12	2,6	92,3	9	11,4	75,0
Mais de 320.000	F	6	1,0	6	1,3	100,0	4	5,1	66,7
Total	-	570	100,0	452	100,0	79,3	79	100,0	17,5

(¹) Exceto o município da Capital.

Fonte: Dados originais de população residente da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), e os demais, originários do levantamento.

QUADRO 2. - Tipo de Mercado Municipal, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Varejista	Misto			Produtor	Sem resposta	Total de informações
		Atacadista e varejista	Varejista e produtor	Atacadista, varejista e produtor			
A	12	1	1	1	-	1	16
B	13	3	-	-	1	2	19
C	15	5	2	-	-	-	22
D	3	4	2	-	-	-	9
E	8	1	-	-	-	-	9
F	2	2	-	-	-	-	4
Total	53	16	5	1	1	3	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

ses D, E e F) a maior parte de seus mercados funciona apenas na parte da ma
nhã aos domingos e feriados (quadro 3).

Entre 71 mercados que responderam à questão referente à sistemática de cobrança de aluguel, a maioria (47) informou que os aluguéis são fixos, não variando com tipo ou volume de mercadoria comercializada em cada banca, enquanto que nos outros 24 a cobrança é diferenciada por ramo de negócio. Porém, em todos os casos a tarifa é fixa por unidade de área (quadro 4).

A pesquisa revelou que tanto o uso de índices oficiais, tais como o Índice Geral de Preços (IGP), Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC), como a realização de acordos entre a administração do mercado e os permissionários são critérios utilizados para reajuste dos aluguéis de bancas (quadro 5).

O uso de índices econômicos é mais comum em mercados das cidades maiores (classes E e F), enquanto nas demais classes não há predomínio de um critério sobre o outro.

Somente 43 municípios responderam à questão referente ao orçamento do mercado municipal. Em 74% dos casos (32 em 43), o balanço apresentou déficit, significando um ônus adicional para as Prefeituras, que, além do aluguel recebido dos boxes, precisavam alocar verbas necessárias para manter o mercado em funcionamento (quadro 6).

Possivelmente, essa situação é suficiente para explicar o reduzido interesse que tem havido em manter ou expandir as atividades de tal tipo de estabelecimento varejista, em futuro próximo. A negativa foi mais taxativa nas classes C e D (quadro 7).

A maioria dos informantes (51 em 73) afirmou também não existir espaço vazio na vizinhança do mercado municipal para possível expansão, no caso desta vir a ser cogitada, reforçando ainda mais o desinteresse em ampliar os prédios já existentes.

Outrossim, 45 municípios afirmaram que o mercado existente é suficiente para atendimento das exigências locais no tocante ao abastecimento. As principais razões apresentadas foram: por ser pequena a população urbana; já possuir todos os gêneros alimentícios reclamados pela população; ter ótima localização física, limpeza, higiene e ampla área de circulação, além de fácil acesso. Esses informantes acrescentam ainda que existem na cidade, além do mercado, feiras-livres, ambulantes, quitandas, varejão e supermercados, que contribuem para uma boa oferta de produtos e que se constituem, portanto, em opções de compras (quadro 8).

As razões apresentadas pelos municípios que não acham suficiente o mercado municipal para atender às exigências locais foram: crescimento populacional não acompanhado por aumento relativo de novos equipamentos, principal

QUADRO 3. - Distribuição do Número de Mercados segundo o Horário de Funcionamento, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	De 2. ^a feira a sábado			Aos domingos e feriados	
	Das 6 às 18 horas	Das 7 às 18 horas	Outros horários	Período integral	Meio período
A	4	8	2	7	6
B	9	4	5	6	8
C	17	4	1	13	7
D	8	1	-	3	5
E	6	3	-	1	6
F	3	1	-	-	3
Total	47	21	8	30	35

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 4. - Forma de Pagamento de Aluguel de Bancas, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Forma de pagamento			Total de informações
	Fixo	Variável	Sem resposta	
A	9	6	1	16
B	11	6	2	19
C	14	5	3	22
D	4	3	2	9
E	5	4	-	9
F	4	-	-	4
Total	47	24	8	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 5. - Critério para Reajuste do Aluguel de Banca nos Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Uso de índices oficiais ⁽¹⁾	Acordo entre as partes	Sem resposta	Total de informações
A	2	5	9	16
B	6	6	7	19
C	6	5	11	22
D	1	3	5	9
E	4	-	-	9
F	3	1	-	4
Total	22	20	37	79

(¹) Índice Geral de Preços (inflação), Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN) e Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC).

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 6. - Desempenho Financeiro dos Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Superávit	Déficit	Sem resposta
A	3	5	8
B	4	6	9
C	1	11	10
D	-	4	5
E	3	3	3
F	-	3	1
Total	11	32	36

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 7. - Existência de Plano de Expansão dos Mercados Municipais e de Espaço Vazio na Vizinhança dos Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Plano de expansão			Espaço vazio			Total de informações
	Existe	Não existe	Sem resposta	Existe	Não existe	Sem resposta	
A	1	14	1	4	9	3	16
B	-	16	3	4	9	2	19
C	2	20	-	9	13	-	22
D	-	9	-	-	8	1	9
E	1	6	2	3	6	-	9
F	1	3	-	2	2	-	4
Total	5	68	6	22	51	6	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 8. - Suficiência do Mercado Municipal para as Exigências Locais por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Suficiente	Insuficiente	Sem resposta	Total
A	13	2	1	16
B	11	5	3	19
C	10	11	1	22
D	4	4	1	9
E	4	4	1	9
F	3	1	-	4
Total	45	27	7	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

mente em bairros; condições precárias do prédio; dificuldades de espaço e de acesso.

O pessoal ocupado com os serviços de administração em 69 mercados municipais totalizou 202 pessoas, resultando na média de 3 pessoas por mercado, enquanto o número de pessoas ocupadas com serviços de limpeza e conservação, em 75 mercados, somou 238, com igual média de 3 pessoas por mercado (quadro 9).

O número médio de funcionários que trabalham em mercados municipais, nos serviços de administração e de limpeza e conservação, varia proporcionalmente ao tamanho do mercado e da cidade onde se localiza.

No tocante à inspeção sanitária de produtos alimentícios, verificou-se que, em 76% dos mercados dos municípios que responderam a essa questão, esse serviço é realizado, sendo o órgão responsável pela inspeção o Centro de Saúde local. A afirmação da não existência de inspeção sanitária pode ser atribuída ao desconhecimento, por parte do informante, da legislação federal que trata da matéria, mormente em cidades que dispõem de Centro de Saúde (quadro 10).

A fiscalização de pesos e medidas é feita em 72% dos mercados. O órgão responsável por essa função é o Instituto de Pesos e Medidas do Estado de São Paulo (IPEM). As mesmas considerações acima com referência à legislação sobre inspeção sanitária valem para a fiscalização de pesos e medidas. Os maiores percentuais quanto à não existência de fiscalização nos pequenos municípios podem decorrer da inexistência, nessas localidades, de agências do IPEM.

QUADRO 9. - Número de Pessoas Ocupadas com Serviços de Administração e de Limpeza e Conservação nos Mercados Municipais por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Administração			Limpeza e conservação		
	Pessoas ocupadas (a)	Mercado (b)	Média (a/b)	Pessoas ocupadas (c)	Mercado (d)	Média (c/d)
A	22	14	1,6	26	15	1,7
B	28	14	2,0	43	16	2,7
C	50	20	2,5	65	21	3,1
D	40	10	4,0	46	10	4,6
E	43	8	5,4	40	9	4,4
F	19	3	6,3	18	3	6,0
Total	202	69	2,9	238	75	3,2

Fonte: Dados originários do levantamento.

4.2 - Estrutura Física

Cerca de três quartos dos mercados municipais foram construídos após 1950, sendo que mais da metade foi construída nas décadas de 1950 e 1960, períodos em que começaram a se elevar as taxas de urbanização dos municípios do Estado de São Paulo (quadro 11).

Constatou-se, ainda, a existência de 4 mercados construídos no século XIX, sendo dois na classe A (1800 e 1876), um na classe D (1888) e um na classe E (1894).

A distribuição etária dos mercados das cidades da classe E (com 160.000 a 320.000 habitantes) se deu de maneira quase que igualitária, em todas as décadas. Os informantes de dez municípios não souberam responder à pergunta sobre a data da construção do mercado.

A área média construída de 73 mercados municipais é de $2.026m^2$ e guarda relação direta com a classe de população residente dos municípios, variando desde $683m^2$, em cidades de menos de 20.000 habitantes, até $4.448m^2$ em cidades com mais de 320.000 habitantes (quadro 12).

A área coberta corresponde, em média, a aproximadamente 80% da área total, com percentagem crescente com o tamanho do mercado. A área média ocupada pela administração (representada, em geral, por apenas uma sala) não apresenta relação constante com o tamanho do mercado. A área ocupada por instala

QUADRO 10. - Existência de Inspeção Sanitária dos Produtos e de Fiscalização de Pesos e Medidas, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Inspeção sanitária dos produtos			Fiscalização de pesos e medidas			Total de informações
	Existe	Não existe	Sem resposta	Existe	Não existe	Sem resposta	
A	8	6	2	8	6	2	16
B	11	4	4	10	6	3	19
C	19	3	-	16	6	-	22
D	7	1	1	8	-	1	9
E	6	2	1	6	2	1	9
F	3	1	-	4	-	-	4
Total	54	17	8	52	20	7	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 11. - Data da Construção do Mercado Municipal, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Período	Classe de população residente												Estado	
	A		B		C		D		E		F			
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Antes de 1900	2	12,6	-	-	-	-	1	11,1	1	11,1	-	-	4	5,1
1900 a 1909	-	-	-	-	3	13,5	-	-	-	-	1	25,0	4	5,1
1910 a 1919	1	6,3	-	-	-	-	-	-	1	11,1	-	-	2	2,5
1920 a 1929	1	6,3	1	5,3	-	-	-	-	1	11,1	-	-	3	3,8
1930 a 1939	-	-	-	-	-	-	-	-	1	11,1	-	-	1	1,3
1940 a 1949	-	-	1	5,3	1	4,5	-	-	1	11,1	-	-	3	3,8
1950 a 1959	2	12,3	5	26,5	7	32,5	4	44,5	1	11,1	2	50,0	21	26,6
1960 a 1969	7	43,3	6	31,1	6	27,0	3	33,3	1	11,1	1	25,0	24	30,4
1970 e após	2	12,6	1	5,3	2	9,0	-	-	2	22,3	-	-	7	8,9
Sem resposta	1	6,3	5	26,5	3	13,5	1	11,1	-	-	-	-	10	12,5
Total	16	100,0	19	100,0	22	100,0	9	100,0	9	100,0	4	100,0	79	100,0

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 12. - Área Ocupada pelo Mercado Municipal por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Coberta			Ocupada pela administração			Ocupada por instalações comuns			Total		
	Nº de infor- mantes (a)	Área (m ²)		Nº de infor- mantes (c)	Área (m ²)		Nº de infor- mantes (e)	Área (m ²)		Nº de infor- mantes (g)	Área (m ²) (1)	
		Total (b)	Média (b/a)		Total (d)	Média (d/c)		Total (f)	Média (f/e)		Total (h)	Média (h/g)
A	12	5.571	464	4	171	43	13	632	49	13	8.875	683
B	17	14.347	844	12	987	82	16	843	53	18	20.281	1.127
C	22	37.522	1.706	20	574	29	20	3.136	157	22	49.395	2.245
D	9	23.005	2.556	7	250	36	8	563	70	9	28.881	3.209
E	8	21.690	2.711	7	338	48	8	1.147	143	8	27.124	3.391
F	3	11.510	3.837	3	114	38	3	1.133	378	3	13.344	4.448
Total	71	113.645	1.601	53	2.434	46	68	7.454	110	73	147.900	2.026

(1) Refere-se à soma das áreas totais dos mercados que deram essa informação, não sendo, portanto, a soma das três colunas anteriores, o que só ocorre na classe F.

Fonte: Dados originários do levantamento.

ções comuns, como sanitários e corredores, igualmente não apresentou nítida relação com área total, provavelmente por informação equivocada ou por falta de compreensão do que seja esse item.

Há uma correlação direta entre a área total dos mercados e o número de pessoas ocupadas nos respectivos mercados (quadro 9).

A ampla maioria (87%) dos mercados está localizada na zona central das cidades, fator importante no acesso dos consumidores. Mesmo em cidades de grande porte, essa localização não apresenta problema de circulação de veículo nas imediações do mercado, embora a metade deles não disponha de área especificamente destinada a estacionamento para os usuários (quadros 13 e 14).

Apenas na classe F a existência de estacionamento é significativamente maior que a não existência, o que é consistente com o tamanho do mercado e maior população das cidades.

Em 72 dos 77 mercados municipais que responderam a esta questão, não existia desvio ferroviário nas proximidades (quadro 15).

Ampla maioria dos informantes (73%) apontou a existência de facilidades para as operações de carga e descarga de caminhões que afluem ao mercado, entre as quais rampas e plataformas, além de estacionamento e calçada comum. Todavia, em nenhum deles existia balança para pesar os veículos que trans

QUADRO 13. - Localização do Mercado Municipal na Cidade, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Zona			Sem resposta	Total de informações
	Central	Intermediária	Periférica		
A	13	2	-	1	16
B	16	3	-	-	19
C	19	3	-	-	22
D	9	-	-	-	9
E	8	1	-	-	9
F	3	-	1	-	4
Total	68	9	1	1	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 14. - Existência de Local para Estacionamento de Veículos em Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Estacionamento de veículos			Total de informações
	Existe	Não existe	Sem resposta	
A	6	9	1	16
B	9	9	1	19
C	11	10	1	22
D	4	5	-	9
E	5	4	-	9
F	3	1	-	4
Total	38	38	3	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 15. - Existência de Desvio Ferroviário Próximo ao Mercado Municipal, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Desvio ferroviário			Total de informações
	Existe	Não existe	Sem resposta	
A	-	14	2	16
B	1	18	-	19
C	2	20	-	22
D	-	9	-	9
E	1	8	-	9
F	1	3	-	4
Total	5	72	2	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

portam mercadorias a granel para a venda de cargas completas, como, por exemplo, melancia, abóbora e banana verde (quadros 16 e 17).

Ponto importante a destacar é de que em somente 8 mercados existia câmara frigorífica. Desses, 3 não informaram sobre a capacidade das mesmas (2 da classe D e 1 da classe F). As 5 restantes totalizam capacidade de 406m^3 , resultando numa média de 81m^3 para cada câmara (quadro 18).

Constatou-se que, dentre 77 mercados, 67 afirmaram existir água encanada e 42, telefone instalado, porém nem sempre em cada banca (quadro 19).

O número de bancas por grupo de ramos de atividade foi outro aspecto abordado pela pesquisa. Aproximadamente 3.700 bancas estavam ocupadas, correspondentes a 89% das existentes em 72 mercados municipais que responderam a esta questão. Cerca de um terço das bancas estavam locadas para o ramo de produtos hortícolas (legumes, verduras e frutas frescas), distribuídas entre as que vendem exclusivamente legumes, verduras ou frutas e as que vendem todos os sortimentos de produtos hortícolas. O mercado municipal "médio" no Estado é composto por 57 bancas, com 51 ocupadas e 6 vagas (quadro 20).

4.3 - Outros Aspectos Relacionados com a Estrutura Local de Abastecimento

Apenas 69 informantes responderam afirmativamente à questão sobre a supervisão local do abastecimento de alimentos, revelando a pequena (15,3%) preocupação com esse problema por parte das Prefeituras Municipais do Estado de São Paulo. Essa proporção aumenta para 29,1% quando se excluem os municípios da classe A (quadro 21).

Quando existe essa preocupação, a responsabilidade tem sido do prefeito local (13,0%). À medida que aumenta o tamanho da população do município, há uma tendência a haver maior atenção com o abastecimento, sendo mais evidente nas classes D, E e F. Na classe F, onde seria de se esperar, inclusive, a existência de secretaria de abastecimento ou de uma comissão específica, elas não existem.

Há estrutura formal em apenas 10 casos, sendo quatro secretarias e seis comissões municipais, sem que tenham sido melhor definidas quais sejam suas atribuições. Nos pequenos municípios (classe A), em apenas 28 dos 311 há alguma preocupação com esse aspecto do abastecimento.

Evidencia-se, portanto, pequena ou pouca descentralização das decisões quanto a esses problemas, ou seja, na grande maioria se constituindo em preocupação pessoal do prefeito, restringindo um planejamento global do abastecimento.

Quanto à legislação municipal sobre comércio e funcionamento de estabelecimentos varejistas de gêneros alimentícios, verificou-se que em mais

QUADRO 16. - Existência e Tipo de Facilidade para Carga e Descarga de Caminhões nos Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Existência de facilidade			Tipo de facilidade				Total de informações
	Existe	Não existe	Sem resposta	Rampa	Plataforma	Outro	Sem resposta	
A	6	9	1	-	-	9	7	16
B	16	1	2	1	1	13	4	19
C	19	3	-	1	3	15	3	22
D	7	1	1	1	-	7	1	9
E	6	3	-	1	1	6	1	9
F	4	-	-	-	1	3	-	4
Total	58	17	4	4	6	53	16	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 17. - Tipo de Veículo com Acesso para Carga e Descarga de Mercadorias no Mercado Municipal, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Existência					Total
	Só caminhão	Caminhão e carroça	Caminhão e outros	Caminhão, carroça e outros	Outros	
A	5	2	3	1	3	13
B	5	6	2	2	2	17
C	13	3	1	2	2	21
D	3	1	2	2	1	9
E	5	-	4	-	-	9
F	1	-	1	-	-	2
Total	32	12	13	7	8	72

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 18. - Existência e Capacidade de Câmara Frigorífica em Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Existência			Capacidade	
	Existe	Não existe	Sem resposta	m ³	Nº de mercado
A	-	15	1	-	-
B	1	16	2	36	1
C	1	21	-	120	1
D	3	6	-	100	1
E	1	8	-	120	1
F	2	2	-	30	1
Total	8	68	3	406	5

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 19. - Existência de Água Encanada e Telefone nas Bancas dos Mercados Municipais, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Água encanada			Telefone			Total de informações
	Existe	Não existe	Sem resposta	Existe	Não existe	Sem resposta	
A	14	2	-	5	11	-	16
B	15	4	-	9	10	-	19
C	20	2	-	13	8	1	22
D	7	2	-	7	2	-	9
E	7	-	2	6	3	-	9
F	4	-	-	2	1	1	4
Total	67	10	2	42	35	2	79

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 20. - Distribuição do Número de Bancas Ocupadas por Ramo de Atividade nos Mercados Municipais, Estado de São Paulo, 1981

Ramo de atividade	Total de bancas ocupadas	
	Número	%
Legumes, verduras e frutas	1.227	33,4
Secos e molhados ⁽¹⁾	833	22,7
Carnes frescas e congeladas	301	8,2
Aves e ovos	114	3,1
Frios e laticínios	106	2,9
Pescado	83	2,3
Flores, pássaros e peixes ornamentais	93	2,5
Lanches e bebidas	226	6,1
Outros ⁽²⁾	689	18,8
<hr/>		
Bancas ocupadas (a)	3.672	100,0
Bancas vagas	462	-
Bancas existentes (b)	4.134	-
Mercados informantes (c)	72	-
Bancas ocupadas/mercado (a)/(c)	51	-
Bancas existentes/mercado (b)/(c)	57	-

⁽¹⁾ Cereais, massas, latarias, tubérculos, bulbos, etc.

⁽²⁾ Amarelinhos, utilidades domésticas, fumo, material de caça e pesca, etc.

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 21. - Supervisão Municipal do Abastecimento de Alimentos, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Supervisão pelo Prefeito			Supervisão por						Total de informações
				Comissão			Secretaria			
	Sim	Não	Sem resposta	Sim	Não	Sem resposta	Sim	Não	Sem resposta	
A	27	267	17	1	294	16	-	299	12	311
B	15	45	1	1	59	1	1	58	2	61
C	8	38	1	2	45	-	2	45	-	47
D	4	10	1	1	13	1	-	14	1	15
E	2	10	-	1	11	-	1	11	-	12
F	3	3	-	-	6	-	-	6	-	6
Total	59	373	20	6	428	18	4	433	15	452

Fonte: Dados originários do levantamento.

de um terço (38,0%) dos municípios paulistas existe legislação municipal a respeito. Este fato é consistente com os ditames da Constituição Federal que outorga aos municípios a competência de legislar sobre a matéria ("é de peculiar interesse do município") (quadro 22).

Com a única exceção dos municípios da classe A, acima de 50% dos informantes de cada classe responderam ter legislação referente ao comércio de alimentos. Nos municípios de maior população é praticamente total a existência de legislação específica.

Chama atenção o fato de metade de municípios nas classes mais populosas, como é o caso da classe E, não se terem reportado à existência de legislação.

O procedimento parece se desenvolver à base de usos e costumes, independentemente do tamanho de município. Apenas nas classes D e F há evidências de que a matéria tem merecido a atenção específica dos poderes municipais. O comércio dar-se-ia livremente, talvez apenas regido por posturas relativas ao "código de obras", sem constar de rubrica específica.

A construção de mercado municipal com projeto de execução prevista para os próximos anos foi outra questão de interesse do levantamento e foi formulada para todos os municípios do Estado de São Paulo. Das 414 respostas obtidas, é muito elucidativo que 387 deles não tenham qualquer plano de construção, demonstrando que a esmagadora maioria não considera os mercados municipais uma prioridade, levando a concluir que se trata de um investimento desnecessário ante o desempenho da rede usual de abastecimento ⁽⁸⁾ (quadro 23).

Paralelamente à pesquisa sobre mercados municipais fez-se um levantamento da existência de outras instituições ou equipamentos relacionados à comercialização de produtos agrícolas, como feiras-livres, barracões de embalagem de frutas e máquinas de beneficiamento de cereais.

Constatou-se a existência de feiras-livres em 43,4% dos municípios do Estado, sendo de 100% a existência naqueles de maior porte (classes D, E e F). Em 189 que informaram o número desses equipamentos móveis, o total foi de 857 feiras-livres e a expansão para o Estado corresponderia a um total de cerca de 1.500. O número médio de feiras por município aumenta com o tamanho da população do município (quadros 24 e 25).

Os barracões de embalagem de frutas ("packing-houses") foram constatados em 10,2% dos municípios, concentrados em centros populacionais de maior porte (das classes D, E e F).

(8) Isso já foi constatado em pesquisa realizada na Capital. Ver (6).

QUADRO 22. - Existência de Legislação Municipal sobre Comércio e Funcionamento de Estabelecimentos Varejistas de Gêneros Alimentícios, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Existência de legislação			Total de municípios
	Sim	Não	Sem resposta	
A	92	195	24	311
B	34	26	1	61
C	25	21	1	47
D	10	4	1	15
E	6	6	-	12
F	5	1	-	6
Total	172	253	27	452

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 23. - Existência de Projeto para Construção de Mercado Municipal com Execução Prevista para os Próximos Anos, por Classe de População Residente, Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Projeto de construção			Total de municípios
	Sim	Não	Sem resposta	
A	13	275	23	311
B	6	45	10	61
C	4	40	3	47
D	1	14	-	15
E	2	8	2	12
F	1	5	-	6
Total	27	387	38	452

Fonte: Dados originários do levantamento.

QUADRO 24. - Existência de Feiras-livres, Barracões de Embalagem de Frutas ("Packing-houses") e Máquinas de Beneficiamento de Cereais, por Classe de População Residente, em Municípios do Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Feira-livre			"Packing-house"			Máquina de beneficiamento			Total de municípios
	Sim	Não	Sem resposta	Sim	Não	Sem resposta	Sim	Não	Sem resposta	
A	78	213	20	31	243	37	238	48	25	311
B	41	18	2	5	52	4	47	12	2	61
C	44	3	-	5	41	1	32	13	2	47
D	15	-	-	2	12	1	11	4	-	15
E	12	-	-	2	9	1	5	6	1	12
F	6	-	-	1	5	-	-	3	3	6
Total	196	234	22	46	362	44	333	86	33	452

QUADRO 25. - Número de Feiras-livres, Barracões de Embalagem de Frutas ("Packing-houses") e Máquinas de Beneficiamento de Cereais, por Classe de População Residente, em Municípios do Estado de São Paulo, 1981

Classe de população residente	Feira-livre			"Packing-house"			Máquina de beneficiamento		
	Número (a)	Município (b)	Média (a/b)	Número (c)	Município (d)	Média (c/d)	Número (e)	Município (f)	Média (e/f)
A	108	71	1	129	27	5	893	237	4
B	65	39	2	11	3	4	267	44	6
C	153	41	4	11	5	2	176	28	6
D	98	14	7	55	1	55	63	8	8
E	166	12	14	6	2	3	29	4	7
F	267	6	44	1	1	1	-	-	-
Total	857	189	4	213	39	5	1.433	321	4

Fonte: Dados originários do levantamento.

Quanto a máquinas ou usinas de beneficiamento de cereais ⁽⁹⁾, constatou-se sua existência em 333 municípios (73,7%), totalizando 1.433 unidades. O índice de ocorrência é relativamente idêntico nas quatro primeiras classes (A, B, C e D), não sendo constatada sua presença na classe de maior população (F). As ocorrências dessas unidades é mais acentuada em municípios de pequeno e médio tamanhos, como reflexo da maior participação relativa da produção de cereais na economia regional ou local.

5 - CONCLUSÕES

O percentual de cidades paulistas que possuem mercado municipal aumenta em relação direta com o tamanho da população dos municípios. Dois terços dos mercados foram construídos no período pós-1950, sendo que mais da metade o foi no decorrer das décadas de 50 e 60, quando se verificaram as maiores taxas de urbanização ao Estado. Essas duas constatações sugerem que a instituição dos mercados representou um dos meios mais utilizados pelas autoridades municipais para enfrentar o então crescente desafio do abastecimento das respectivas populações urbanas.

É pequena a preocupação das prefeituras do Estado com a supervisão do abastecimento de gêneros alimentícios, não obstante boa parte dispor de dispositivos legais para atuação nessa área. Em ampla maioria dos municípios a construção de prédio para a instalação de mercado não é cogitada, face ao elevado investimento exigido e provavelmente ao desempenho satisfatório da rede existente de abastecimento ao nível de varejo.

O perfil do mercado municipal "médio", com base nas informações de cunho físico, pode ser assim traçado: uma área total de 2.026m², com número médio de 57 bancas, concentradas nos ramos de legumes, verduras e frutas (33,4% das bancas) e de secos e molhados (22,7%), operando com três pessoas no serviço de administração e três no de limpeza e conservação, sendo destinado para o comércio varejista. Seu balanço financeiro usualmente apresenta déficit, onerando o erário municipal para a cobertura de dispêndios com despesas operacionais.

Constatou-se a realização de feiras-livres em 43,4% dos municípios, com relação direta entre o número desse tipo de equipamento varejista e o tamanho da população do município. A existência de barracões de embalagem de

(9) Entende-se como máquinas (ou usinas ou engenhos) de beneficiamento de cereais as unidades empresariais desse sub-ramo de atividade agroindustrial.

frutas ("packing-houses") foi constatada nos centros populacionais de maior porte. As máquinas ou usinas de beneficiamento de cereais foram constatadas em 73,7% da amostra, com maior presença em comunidades menores.

À medida que o auto-serviço se estendeu para o interior do Estado, modernizou-se o abastecimento, construíram-se novos Centros Regionais de Abastecimento, estabeleceram-se novas feiras-livres que ainda trabalham com parte apreciável dos hortigranjeiros e, em decorrência disso, os mercados municipais viram restringida sua área de trabalho em diversidade de itens comercializados e que não são de gêneros alimentícios.

Pela receita proporcionada pelos mercados, qualquer que seja a forma de retribuição fixada pela Prefeitura, vê-se que o retorno é baixo (e isto apenas em termos operacionais, sem considerar o investimento passado e mesmo o valor venal atual do imóvel), exigindo alocação de mais verbas pelas municipalidades para completar-lhes os gastos.

LITERATURA CITADA

1. ANJOS, Natanael M. dos & AMARO, Antonio A. Equipamentos e meios de comercialização de produtos agrícolas em São Paulo. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE AGRONOMIA, 4., Belo Horizonte, 1965. Anais ... p.200-206.
2. BAPTISTELLA F9, Humberto; MAZZON, José A.; GUAGLIARDI, José A. O método da coleta de dados pelo correio: um estudo exploratório. Revista de Administração, São Paulo, 15(4):35-43, out./nov. 1980.
3. BARROS, Mauro de S. et alii. Mercado varejista de gêneros alimentícios da Grande São Paulo: uma abordagem estrutural. São Paulo, Secretaria da Agricultura, IEA, 1978. 52p. (Relatório de Pesquisa, 03/78)
4. JOST, A.A. Feiras-livres, mercados e ambulantes. In: FORUM DE DEBATES: abastecimento de alimentos. São Paulo, 1977. São Paulo, Instituto Basílio Machado/Federação do Comércio do Estado de São Paulo, 1977. p.7-17.
5. KIRSTEN, José T. Padrão de vida e alterações nos hábitos do consumidor. Informações FIPE, São Paulo, (9):1, nov. 1980.
6. SÃO PAULO. Prefeitura. O abastecimento de gêneros alimentícios na área urbana do município de São Paulo. São Paulo, 1967. 2v.

7. SÃO PAULO. Secretaria da Agricultura. Instituto de Economia Agrícola. De
envolvimento da agricultura paulista. São Paulo, 1972. 319p.
8. SINOPSE PRELIMINAR DO CENSO DEMOGRÁFICO: São Paulo, 1980. Rio de Janeiro,
IBGE, 1981. v.1, t.1, nº 18.
9. STILMAN, Meyer. O comércio varejista e os supermercados na cidade de São
Paulo. São Paulo, FEA/USP, 1962. 2v. (Boletim, 35)

RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise de situação da estrutura física e administrativa dos mercados municipais em 1981, bem como da existência de feiras-livres, "packing-houses" e máquinas de beneficiamento de cereais. As informações foram obtidas de questionários preenchidos por 452 das 570 Prefeituras Municipais, entre as quais 79 responderam existir mercado nas respectivas cidades. A remessa e o retorno dos questionários se fez por via postal. Entre os resultados obtidos no estudo, destacam-se os seguintes aspectos. O percentual de cidades paulistas que possuem mercado municipal aumenta em relação direta com o tamanho da população dos municípios. Poucas prefeituras se preocupam com a supervisão do abastecimento de gêneros alimentícios no município. O mercado municipal "médio" do Estado tem uma área total de 2.026m², com 57 bancas, principalmente de legumes, verduras e frutas e de secos e molhados, operando com três pessoas no serviço de administração e três no de limpeza e conservação. Realizam-se feiras-livres em cerca de 43% dos municípios, existem packing-houses em apenas 10% dos municípios e máquinas ou usinas de beneficiamento em 74% das localidades.

RETAIL MARKETING FACILITIES IN THE STATE OF SÃO PAULO: MUNICIPAL MARKETS

SUMMARY

This paper presents an analysis of the physical and administrative framework situation of the municipal markets in 1981, as well as the existence of open-air markets, packing-houses and cereal processing enterprises. The information were obtained from the questionnaires fulfilled by 452 of the 570 Municipal Prefectures of the São Paulo State, among them 79 answered to exist-market in the respective cities. The remittance and the return of the

questionnaires were made by mail. Among the results distinguish the following aspects. The percentage of the cities of the São Paulo State which have municipal markets increase in direct relation with the population size of the municipalities. Few Prefectures worry about the supervision of the foodstuff supply in the municipality. The "average" municipal market of the State has an average area of 2,026 square meters, with 57 boxes, mainly of vegetables, fruits, groceries, working with three persons in the administrative service and three in the cleanliness and maintenance. Open-air markets are operating in about 43 percent of the municipalities, there are packing houses in only 10 percent of the municipalities and processing mills in 74 percent of them.

**SECRETARIA DE AGRICULTURA E ABASTECIMENTO
INSTITUTO DE ECONOMIA AGRÍCOLA**

Comissão Editorial:

Coordenador: Celuta Moreira Cesar Machado

Membros: Antonio Ambrósio Amaro
Arthur Antonio Ghilardi
Flavio Condé de Carvalho
José Luis Teixeira Marques Vieira
Maria Carlota Meloni Vicente

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria

**Centro Estadual de Agricultura
Av. Miguel Estéfano, 3900
04301 - São Paulo - SP**

**Caixa Postal, 8114
01000 - São Paulo - SP
Telefone: 276-9266**



Impresso no Setor Gráfico do IEA
Av. Miguel Stefano, 3900 - 04301, São Paulo, SP



Relatório de Pesquisa
Nº03/87

Governo do Estado de São Paulo
Secretaria de Agricultura e Abastecimento
Coordenadoria Sócio-Econômica

Instituto de Economia Agrícola